

Um Genocídio à Brasileira: como Bolsonaro exterminou 700 mil pessoas

Durante a pandemia de Covid, manifestou-se uma nítida tentativa de contornar o poder do Estado constitucional em proveito de interesses escusos. A CPI da Pandemia do Senado Federal identificou a

*“existência de um gabinete paralelo, composto por médicos, políticos e empresários, que, ao longo dos anos de 2020 e 2021, prestava orientações ao Presidente da República sobre o modo como a pandemia da covid-19 deveria ser enfrentada, bem como participava de decisões sobre políticas públicas, ao arrepio das orientações técnicas do Ministério da Saúde, sem ter investidura formal nos cargos públicos responsáveis por essa função”*¹.

Essa organização foi proposta pela Associação Médicos pela Vida, grupo de médicos bolsonaristas, de maneira bastante explícita:

*“ajudar o executivo a montar um shadow board. Como se fosse um shadow cabinet. Esses indivíduos não precisam ser expostos, digamos assim à popularidade.”*²

O “gabinete paralelo” dedicou-se a defender uma estratégia de “imunidade de rebanho natural”: a ideia de que a doença seria superada uma vez que uma porcentagem suficiente da população fosse contaminada, adquirindo assim anticorpos contra o vírus³. Mas a “imunidade de rebanho” pode ser atingida através da vacinação: a partir de um determinado nível de vacinação, o vírus não consegue mais encontrar indivíduos não-imunes em quantidade suficiente para continuar se propagando. A ideia de que teria de ser atingido de forma estritamente “natural”, sem o recurso às vacinas, é pura manipulação pseudocientífica⁴.

A estratégia se materializou na forte oposição da Presidência da República à adoção de medidas preventivas não farmacológicas (MPNF)⁵, (isolamento social e uso de máscaras), no atraso e sabotagem da aquisição e produção de vacinas, e na divulgação e imposição de tratamentos ineficazes⁶ (o “kit Covid”)⁷, posturas que continuaram por muito tempo depois que a ineficácia do kit Covid já estava amplamente demonstrada e a vacina já estava disponível.

A própria ideia de desenvolver uma “imunidade de rebanho” puramente “natural”, sem vacinação, já implicava um genocídio deliberado: considerando que a imunidade de rebanho para a Covid exige que cerca de 60% da população desenvolva anticorpos, teríamos 120 milhões de casos no país até atingir a imunidade sem recorrer à vacinação. Com uma taxa de letalidade de 1%, estaríamos falando em cerca de **um milhão e duzentas mil mortes**⁸.

¹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 34.

²Ou seja, um gabinete não apenas “paralelo”, mas também clandestino. Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 39. Erros de pontuação do original.

³Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 46-50.

⁴Lacerda, Caroline, & Chaimovich, Hernan, *O que é imunidade de rebanho e quais as implicações?* In *Jornal da USP*, 6 de agosto de 2020, <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes/>

⁵Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 46.

⁶Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 52 e seguintes. O Relatório chama a atenção para o uso intencional do termo (assim como de “atendimento precoce”, que é outra coisa completamente diferente) de forma a confundir tratamento preventivo, tratamento precoce e tratamento hospitalar.

⁷A composição do kit Covid era variável. O mais comum era um pacote de hidroxicloroquina e azitromicina, ideia baseada em um estudo do médico francês Didier Raoult, conhecido charlatão. A ivermectina também foi usada.

⁸Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 51. Esse cálculo não leva em conta o aumento da taxa de mortalidade em caso de colapso do sistema de saúde, caso em que poderíamos pensar em vários milhões de mortos. O fato de não termos atingido esses números mostra a eficácia das MPNF, que, embora prejudicadas pela campanha

Qual a “lógica” disso ? Uma hipótese é que a motivação tenha sido a preocupação de Bolsonaro com a economia: o isolamento social resultaria em recessão e prejudicaria sua reeleição. De fato, esse argumento foi utilizado, explicitamente, por Bolsonaro e seus sequazes na campanha contra a prevenção⁹.

Também é possível que houvesse a intenção de, através do caos ocasionado pela pandemia, desmoralizar o SUS, abrindo caminho para sua extinção e consequente privatização da saúde.

O atraso na compra das vacinas parece ter sido arquitetado para permitir falta de transparência e superfaturamento quando elas fossem efetivamente compradas¹⁰; e a compra apressada e desnecessária de medicamentos ineficazes pode ter seguido a mesma lógica¹¹.

Bolsonaro já havia afirmado, antes de eleito, que era preciso matar muita gente (“pelo menos” 30 mil). Esse discurso, como o de “fuzilar a petralhada” e “colocar a oposição na ponta da praia”, pareceu na época se referir a adversários políticos, não à população em geral¹².

Pode haver um substrato mais profundo: uma oposição do bolsonarismo ao cuidado coletivo, não mercantilizado. Para a ideologia de mercado, levada ao extremo, qualquer ação humana que não vise o lucro e a produção de mercadorias, é absurda. E usar máscaras, evitar aglomerações, tomar vacinas, são ações que beneficiam a coletividade toda, sem exigir contrapartida monetária dos outros. Assim, se tem assemelha ao “comunismo”. Ao contrário, medicamentos curativos, sejam inócuos, como o kit Covid, ou eficazes, como o redemsvir, paliativos, como analgésicos e oxigênio hospitalar, ou mesmo preventivos, mas que previnem apenas a nível individual, como o spray israelense que bloquearia o acesso do vírus ao aparelho respiratório¹³, não têm esse problema: fazem parte “normal” do “cada um por si” da ordem capitalista.

A oposição ideológica ao cuidado com os outros foi manifestada, no discurso bolsonarista, como “defesa da liberdade individual”. A incitação ao suicídio coletivo era formulada como defesa de princípios fundamentais da democracia liberal. Além da “liberdade profissional” do médico de receitar medicamentos, levantava-se a questão da liberdade de ir e vir, em oposição ao isolamento social, e a liberdade religiosa, em oposição à proibição de aglomerações e portanto de cultos religiosos presenciais¹⁴. O governo não se limitou ao incentivo: desrespeitou ativamente, em diversas ocasiões, normas estaduais e municipais referentes a medidas profiláticas, promovendo manifestações em apoio a suas políticas ou em oposição às políticas municipais e estaduais referendadas pelo STF, chegando a incitar a população a invadir hospitais e clínicas, na tentativa de demonstrar que não havia falta de leitos, num evidente apelo à violência ilegal e anti-institucional.

Alguns discursos social-darwinistas sobre como a pandemia seria benéfica por que

genocida do governo federal, foram, na medida do possível, implementadas pelos governos estaduais e municipais, pelo judiciário, pelo legislativo e, de forma espontânea, pela própria população – com apoio da imprensa comercial.

⁹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 46. Também CNN, 27/03/2020. *Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>

¹⁰Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 238-9.

¹¹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 103.

¹²Almeida, Ronaldo de, *Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19*. <https://www.scielo.br/j/rs/a/4JrSBZDRqG8c9RJzCfxz4BN/>

¹³Spray que, afinal, sequer foi comprado, e parece ter servido apenas como parte da campanha contra o isolamento social e o uso de máscaras, e como reafirmação do apoio a Israel.

¹⁴A grande maioria das denominações religiosas compreenderam e aplicaram as MPNF. As que resistiram, invocando essa narrativa absurda, foram sobretudo as igrejas evangélicas voltadas à “teologia da prosperidade”.

eliminar os “mais fracos”: idosos, portadores de comorbidades, diabéticos, obesos, hipertensos, também circularam, embora seja mais difícil vinculá-los ao “gabinete paralelo”¹⁵.

Membros da equipe econômica receberam como positiva a redução do déficit previdenciário causada pela concentração das mortes por covid-19 entre os idosos¹⁶.

Bolsonaro já havia protagonizado um episódio constrangedor, antes da pandemia, ao aparecer em público recomendando cuidado com a higiene peniana, haja vista o número considerável de amputações de pênis no país. É de se imaginar que ele tenha alguma obsessão por “brincar de médico”, o que poderia ajudar a explicar sua insistência em dar palpites em uma área na qual não possui nenhuma qualificação¹⁷.

É difícil eliminar qualquer uma dessas motivações, mas é claro que o alívio das contas da Previdência, as obsessões médicas de Bolsonaro ou teorias pseudodarwinistas podem ter cumprido no máximo um papel secundário. Restam a economia, a destruição do SUS, a corrupção e a vontade genocida de Bolsonaro.

O governo tentou alterar a bula da cloroquina, a fim de oficializar seu uso no “tratamento precoce”. A Anvisa conseguiu impedir essa manobra¹⁸, mas a administração tratou de aumentar a produção do medicamento, buscando, através do Itamaraty, adquirir insumos junto ao governo indiano, para o que se providenciou até um telefonema direto entre Bolsonaro e o primeiro-ministro indiano. Ao mesmo tempo que se mobilizava intensamente pela compra de insumos para a produção de cloroquina, porém, o MRE prevaricava na importação de vacinas¹⁹.

Para Bolsonaro, a “imunidade de rebanho” teria de ser atingida de maneira puramente “natural” – isto é, através do contágio e do desenvolvimento da doença pela maioria da população, e a vacinação era um óbice para isso. Daí o combate à vacinação, desenvolvido em duas frentes: politicamente, uma epidemia paralela de desinformação²⁰, tão intensa que a cobertura vacinal para outras doenças, como a poliomielite, também caiu; burocraticamente, o travamento das negociações para aquisição de vacinas, e mesmo a tentativa de impedir que os governos estaduais as adquirissem por conta própria.

Quando as vacinas se tornaram disponíveis, no segundo semestre de 2020, o governo, em vez de abrir o leque de opções de compra, optou por centrar a atenção na vacina AstraZeneca²¹,

¹⁵Farias, Victor, & Prazeres, Leandro. *Coronavírus: Bolsonaro diz que ficar em casa é 'conversinha mole para fracos'*. O Globo, 18/09/2020. <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/coronavirus-bolsonaro-diz-que-ficar-em-casa-conversinha-mole-para-fracos-1-24647481>

¹⁶Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 603-604.

¹⁷Mazui, Guilherme Costa, *Bolsonaro faz alerta sobre risco de homens terem pênis amputado por falta de higiene*, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/25/bolsonaro-faz-alerta-sobre-risco-de-homens-terem-penis-amputado-por-falta-de-higiene.ghtml> Notar também que o pai de Bolsonaro era protético, tendo sido processado (e absolvido) por exercício ilegal da profissão de dentista: ver Sassini, Vinícius. *Dops fichou pai de Bolsonaro e monitorou suas atividades políticas*, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/548781/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>

¹⁸Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 72-73.

¹⁹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 74. O MRE era dirigido na época por Ernesto Araújo.

²⁰As vacinas conteriam grafeno, ou microchips chineses que controlariam as mentes dos vacinados, ou concentrações perigosas de alumínio, teriam efeitos colaterais gravíssimos, inclusive derrames cerebrais, ou uma taxa de letalidade maior que a da doença, seriam inócuas e serviriam apenas para enriquecer as empresas farmacêuticas e seus acionistas, causariam alterações no DNA dos vacinados, ou a morte de todos os vacinados quando a internet 5G fosse ativada, causariam direta ou indiretamente a infecção por HIV, autismo, impotência, estrabismo, psicose, trombose, câncer, a própria Covid, ou levariam à morte em dez anos após a aplicação, magnetizariam o corpo das pessoas vacinadas, liberariam fibrinas no sangue dos vacinados, provocariam resistência nos vírus, etc.

²¹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 196.

desenvolvida pela Universidade de Oxford, e produzida no Brasil, em quantidade insuficiente, pela Fiocruz. Nesta época já estavam disponíveis a CoronaVac, do Instituto Butantã, desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac, e a Tozinameran, do grupo germano-americano Pfizer. As propostas do Butantã e da Pfizer foram ignoradas ou sabotadas, atrasando o início da vacinação²².

Com relação à CoronaVac, pelo menos, o motivo não foi a corrupção: o presidente se recusava a “comprar” uma vacina “chinesa”, ainda que produzida por um instituto brasileiro, o Butantã. Para viabilizar politicamente a recusa, desencadeou-se uma campanha de descrédito contra a vacina, acoplada com a mobilização de preconceitos xenofóbicos contra a China²³, amalgamando credences contraditórias sobre o país, tão atrasado que as pessoas comiam morcegos, e ao mesmo tempo avançado a ponto de produzir “chips líquidos” que poderiam controlar ou matar, à distância, via internet 5G, as pessoas vacinadas com a CoronaVac²⁴.

Nas negociações da CoronaVac, foram dois meses de atraso e 45 milhões de doses perdidas em 2020. Nas negociações da Pfizer, foram três meses de atraso e 4,5 milhões de doses perdidas em dezembro de 2020 e no primeiro semestre de 2021²⁵. Se a proposta do Butantã tivesse sido aceita, o Brasil poderia ter sido o primeiro país a vacinar sua população, e enfrentado a “segunda onda” da Covid, a mais letal, em melhores condições. Mas Bolsonaro proibiu explicitamente a compra da vacina do Butantã.

Ao contrário, a compra da vacina Covaxin, da empresa indiana Bharat Biotech, foi acelerada. A causa é provavelmente corrupção²⁶, mas a rapidez com que as tratativas com os indianos foram conduzidas mostra que o governo federal tinha capacidade para adquirir vacinas com agilidade e com isso imunizar a população mais rapidamente²⁷. Se a oposição às MPNF pode ser explicada pela intenção de não prejudicar a economia, o atraso na importação de vacinas, a tentativa de impedir o início da vacinação, a pressão para que os governos estaduais não a implementassem, não fazem sentido dentro dessa lógica²⁸. Outra motivação era necessária: ou a desorganização do processo de compra das vacinas visava a corrupção, ou buscava aumentar o número de mortes, provocando um genocídio contra os idosos e portadores de comorbidades.

Outra frente em que o governo federal trabalhou abertamente contra a saúde pública foi a testagem. Depois da queda de Mandetta, que havia iniciado os processos de aquisição de testes, eles pararam de avançar. O ministro Pazuello, sem nenhuma experiência prévia na área de saúde, nomeado sob o argumento de que seria um renomado perito em logística, limitou-se a enviar aos estados e municípios os testes adquiridos, abriu poucos e insuficientes novos processos de aquisição, e não teve nenhuma postura pró-ativa como campanhas de testagem ou acompanhamento dos municípios para que solicitassem os testes. A entrega dos testes aos estados e municípios foi lenta e atrapalhada: os testes se acumulavam nos estoques do Ministério da Saúde enquanto faltavam nos postos de saúde²⁹.

Mas toda a pretensa “estratégia” do governo federal no trato da pandemia se centrava no “tratamento precoce”, ignorando a profilaxia por que o objetivo era a “imunidade de rebanho”, ou

²²Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 208-211.

²³O uso da (hidroxi)cloroquina no tratamento da Covid foi primeiro aventado por um laboratório chinês, em uma pesquisa *in vitro*. Mas na salada ideológica do bolsonarismo, a origem chinesa só era importante no caso das vacinas, não no da cloroquina.

²⁴Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 211.

²⁵Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 234.

²⁶Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 239.

²⁷Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 239.

²⁸O relatório da CPI chega a apontar essa incoerência, embora em outro tópico e sem tirar as conclusões apontadas neste texto. Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 160-161.

²⁹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 177-178.

seja, o contágio generalizado: todos deveriam ficar doentes e ser tratados; alguns morreriam mas a maioria sobreviveria, e assim se superaria a pandemia “sem prejudicar a economia” e as “liberdades individuais”. Ora, se a “estratégia” visasse de fato combater a pandemia, a testagem seria essencial, fornecendo a métrica para o acompanhamento da “imunidade de rebanho”: a porcentagem da população já possuidora de anticorpos. Sem isso, a “estratégia” se revela como o que realmente era: a busca deliberada do maior número de mortes possível, via criação do caos nos hospitais, laboratórios e postos de saúde, de pânico entre a população, e desencadeamento de violência desordeira contra profissionais e instalações de saúde. É evidente também que a compra de testes forneceria oportunidades de corrupção, mas nem mesmo a oportunidade de enriquecimento ilícito motivou o governo federal a acompanhar, de fato, a evolução da epidemia. A única métrica que interessava era o número de cadáveres, e o verdadeiro critério era “quanto mais, melhor”.

A aplicação dos testes inviabilizaria a narrativa bolsonarista de uma supernotificação sistemática dos casos de Covid no país. Esta teoria da conspiração – de que estados e municípios estariam inflando as estatísticas da Covid – era frequentemente acompanhada de outra mentira: a de que os entes federados receberiam tanto mais verbas quanto mais óbitos por Covid tivessem. Ela era, como hoje se sabe, divulgada por bolsonaristas ligados ao presidente, seja em organizações do “Estado paralelo” – gabinete paralelo da saúde, gabinete do ódio – seja na entourage política do presidente. O próprio Bolsonaro a endossou, com base num relatório³⁰ que, de forma mentirosa, divulgou como documento oficial do TCU.

Essa fábula tinha como objetivo negar a gravidade da pandemia – a “gripezinha” – e encorajar os cidadãos a ignorar e desrespeitar as MPNF, e a não se vacinarem. O resultado teria sido um morticínio ainda pior do que o que realmente aconteceu, se as autoridades estaduais e municipais, o legislativo, o judiciário e a imprensa, não tivessem contornado as ordens absurdas com que Bolsonaro conclamava o país ao suicídio coletivo.

Há ainda outra inconsistência na “estratégia” de contaminação natural (ou, na verdade, estimulada), como mostra o caso do colapso do sistema de saúde no estado do Amazonas³¹. Embora o Governo Federal estivesse informado do iminente colapso, sua única providência foi despachar equipes e material para imporem o “tratamento precoce” e ineficaz. A urgência da compra de oxigênio hospitalar foi ignorada, com o resultado de centenas de mortes por asfixia, pânico entre a população, desorganização dos serviços hospitalares, nada disso tendo qualquer relevância para a preservação da economia ou para o enriquecimento ilícito de servidores públicos corruptos. De novo, tratava-se de matar por matar.

Outro indicativo importante da vontade genocida do governo foi a proibição da publicação de orientações para sepultamentos em municípios onde estivesse ocorrendo transmissão sustentada do vírus,³² que não faz sentido na lógica da preservação da economia, da destruição do SUS, ou mesmo da corrupção.

Em resumo, a preocupação com a economia, a corrupção, a intenção de destruir o SUS, ou o descaso ideológico pelo cuidado coletivo, não podem explicar todas as atitudes do governo Bolsonaro durante a pandemia. Houve, indiscutivelmente, uma vontade genocida, articulada em torno do presidente, que se cercou de organizações ilegais – gabinete paralelo da saúde, gabinete do ódio – para que essa vontade pudesse triunfar sobre a máquina do governo federal. Bolsonaro tentou ativamente nos matar. Isso não devemos esquecer !

³⁰Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. pp. 184-188.

³¹Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 253.

³²Senado Federal. CPI da Pandemia. *Relatório Final*. p. 125, citando Luiz Henrique Mandetta. *Um Paciente Chamado Brasil*.